

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MARÇO DE 2016

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, após o decurso do prazo estatutário para o início da Assembleia Geral (AG), reuniu, na Aldeia de Bicesse, sito na Estrada do Livramento nº292, Bicesse, em Alcabideche, a Assembleia Geral da Associação das Aldeias SOS de Portugal, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eugénio José da Cruz Fonseca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior realizada a 14 de Novembro de 2015;
2. Apresentação, apreciação e aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2015;
3. Apresentação, apreciação e aprovação de alterações ao Regulamento Eleitoral;
4. Apresentação, apreciação e aprovação do Regulamento da Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios;
5. Apresentação e eleição dos membros da Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios;
6. Outros assuntos de interesse geral.

Tendo em conta a ordem de trabalhos, o Presidente da mesa da AG estabeleceu o objetivo de terminar a mesma às 21h. Compareceram a esta Assembleia Geral os sócios constantes da lista de presenças anexa, que faz parte integrante da presente ata. Estiveram presentes vinte e três sócios, onze efetivos, e doze subscritores, havendo um total de vinte e quatro votantes, tendo-se validamente feito representar os seguintes sócios, conforme procurações em anexo:

- A sócia fundadora Iria Mafalda de Bettencourt Nicolau fez-se representar pelo sócia subscritora Maria Alexandra Casimiro Rodrigues Cabrita Matias;
- O sócio benemérito Alain Bonte fez-se representar pelo sócio efetivo Nils Peter Sieger;
- O sócio benemérito Fernando José de Carvalho Salema Garção fez-se representar pelo sócio subscritor Filipe Marques Carnall;
- A sócia benemérita Maria Teresa Paulo Sampaio da Costa Macedo fez-se representar pelo sócio subscritor Filipe Manuel Guimarães Cabrita Matias;
- A sócia efetiva Benvinda do Céu Parreira Vicente Neves fez-se representar pelo sócia efetiva Maria do Carmo Ferreira e Silva;
- O sócio efetivo Filipe Rosa Simões Costa Vaz fez-se representar pela sócia subscritora Martinha Antunes Sobral;
- O sócio efetivo João Maurício Fernandes Salgueiro fez-se representar pelo sócio efetivo Miguel de Barros Alves Caetano;
- O sócio efetivo João Paulo Félix da Silva fez-se representar pela sócia efetiva Maria Teresa Costa Santos;
- O sócio efetivo Joaquim Duarte Monteiro da Silva fez-se representar pela sócia subscritora Ana Cristina Lourenço Moreira Pinto Borges;
- O sócio efetivo Luís Manuel de Sousa Matias fez-se representar pelo sócio efetivo Pedro Manuel Marques Ferreira;
- A sócia efetiva Maria da Conceição Gomes Mendes Boga fez-se representar pela sócia subscritora Maria Carlos Brito Silva;

- O sócio efetivo Armindo Marques Garcia fez-se representar pelo sócio subscritor Carlos Sousa Góis;
- O sócio efetivo Rui Faria Lelis fez-se representar pelo sócio efetivo Manuel Jorge Guimarães Cabrita Matias;

Durante o decorrer da AG ausentaram-se os seguintes sócios:

- A sócia subscritora Martinha Antunes Sobral saiu pelas 20h06.
- A sócia efetiva Maria Zita Gonçalves Costa Marques Guerra saiu pelas 20h07.
- O sócio efetivo Nils Peter Sieger saiu pelas 20h55.
- A sócia subscritora Maria Carlos Brito Silva saiu pelas 21h.

Ainda antes do início da ordem de trabalho, a AG autorizou a leitura de uma declaração (anexa) feita pelo sócio Pedro Ferreira a respeito do modo de funcionamento das várias intervenções a serem feitas na AG, que o Presidente da mesa da AG agradeceu e subscreveu na totalidade, acrescentando ainda outras duas solicitações: uma a propósito das intervenções, de modo a que sejam concisas e diretas para que o tempo da AG possa ser usado por todos os sócios de uma forma equitativa; e outra a propósito da necessidade das preparações das AGs para que possamos, cada um individualmente, planear as respetivas intervenções em sintonia com o próprio pensamento.

1. Votação da ata da Assembleia Geral anterior

Foi aprovada por unanimidade a ata da Assembleia Geral Ordinária anterior realizada a 14 de Novembro de 2015 com as seguintes alterações:

- No penúltimo parágrafo onde se lê “auditaria” deve ser “auditoria”;
- E nas (duas) situações onde se lê “Felipe” deve ser “Filipe”.

2. Apresentação, apreciação e aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2015

O presidente do CD, Filipe Carnall, começou por apresentar o relatório de 2015, destacando os principais factos e dividindo-o em 4 itens:

- Uma Criança – foi destacada a abertura do PFF (Programa de Fortalecimento Familiar) de Oeiras a funcionar deste setembro; em Bicesse foi dada uma nova utilização ao CAT, que era utilizado pelos técnicos e gabinete do pedagógico, e passou a ser uma casa de família; houve uma aposta muito forte nos jovens, nomeadamente com o programa JEF (Jovens Empreendedores com Futuro) que terminou em janeiro com um seminário em Cascais; a afetação de 40% dos abonos de família para os jovens, e a nomeação de um técnico responsável em exclusivo para os jovens;
- Um Amigo – foi destacada a “limpeza” da base de dados onde estão todos os sócios, amigos e doadores; reestruturação do departamento de angariação de fundos, criando duas áreas, uma para empresas e outra para particulares, no qual se salientam dois eventos, o *breakfast with a meaning* e a campanha Worten que para além de divulgar o nome da Associação, permitiu um encaixe simpático de 130 mil Euros;
- Um Movimento – em janeiro de 2015 houve mudanças nas direções das 3 aldeias: o Dr. Mário Baudoin que estava na Guarda veio para Bicesse, em Gulpilhares foi necessária uma separação entre o diretor de Aldeia e diretor técnico, e na Guarda o Dr. Daniel Lucas (ex-responsável do PFF da Guarda) passou a ser o novo diretor, e o Dr. Salvador que estava em Bicesse passou a ser o responsável pelos jovens e ex-utentes; foi implementado um código de conduta para todos os colaboradores e cerca de 80% destes têm as

funções definidas e assinadas, tendo havido uma preocupação de redução do número de contratos a prazo; houve formações das quais destacou duas: a “Ação de divulgação e formação sobre a política de proteção de crianças e jovens” e a “Ação de formação em liderança”;

- A Associação – Foram criados grupos de trabalho com vários sócios que abrangeram as seguintes áreas: a elaboração dos novos Estatutos, de acordo com a Lei vigente; a definição de uma política de aplicações financeiras; a preparação do Regulamento de Admissão e Exclusão de Sócios; um estudo sobre Rio Maior.

O Presidente do CD referiu ainda que se implementou a quota mínima anual de 60€ para os sócios subscritores e de 120€ para os efetivos e aludiu à situação das fissuras da sede que, face à respetiva deterioração, haveria necessidade de colocar micro-estacas e cujas obras tinham sido iniciadas na semana anterior.

Para apresentar as contas foi pedida a intervenção do Dr. Manuel Matias que começou por referir que globalmente o ano correu razoavelmente bem. O crescimento foi de cerca de 9%, e a Associação conta com dois grandes grupos que contribuem para os proveitos. Dentro das Comparticipações e Subsídios à Exploração, este ano juntou-se o projeto JEF financiado através da Calouste Gulbenkian de cerca de 64 mil Euros. De uma forma geral, todas as rúbricas tiveram um comportamento positivo. Dentro do *fundraising* destacou o já mencionado esforço nas quotizações. Nos outros proveitos não especificados está incluído a consignação fiscal de 2015 relativamente a 2014, de cerca de 80 mil Euros, e outro aspeto é o relacionado com a imparidade do valor das obrigações do BES que estaria dentro dos 272 mil Euros. Em alguns dos proveitos estão considerados igualmente reconhecimentos de donativos entregues de anos anteriores que, de acordo com as regras de contabilidade para as IPSS, em caso de donativos para obras, apenas podem ser considerados como proveitos a parte que vai ser tomada como amortização no respetivo ano da execução da obra. Nesse sentido, tinham sido retirados 44 mil Euros recebidos da Fundação Bechgaard para compra de viaturas, que só começam a poder ser reconhecidos como donativos em 2016, quando for executada a respetiva despesa. O que correu menos bem teria a ver com os rendimentos financeiros, o que deveria ser uma situação geral, pois tinha havido dificuldade em manter taxas de depósitos bancários iguais às de anos anteriores.

Foi dada a palavra ao Dr. Henrique Brito para falar sobre os custos. Este começou por referir que tinha sido feita uma comparação relativamente aos últimos três anos e as rúbricas onde haveria mais desvios encontravam-se na de Fornecimento de Serviços Externos, nomeadamente as partes de Atividades de Despesas com Crianças (+16,9%), e Trabalhos Especializados e Honorários em que grande parte compreendia cerca de 45% dos recibos verdes e estava associado às áreas da psicologia. Apresentou de seguida uma análise mais detalhada destes custos de serviços externos que incluíam mais pormenores referentes à parte de Outros Fornecimentos de Serviços Externos. Aqui era possível ver o aumento de cerca de 60% em Honorários; grande parte do acréscimo de cerca de 13 mil Euros associado à Conservação e Reparação tinha-se destinado ao parque automóvel; Produtos e Serviços Doados correspondente a uma variação que depois teve reflexos em Proveitos; a parte da Eletricidade não poderia ser dissociada da do Gás, pois foi detetado que a contabilidade tinha algumas faturas mal contabilizadas, e em paralelo a não existência de uma política uniforme das contagens permitiria que as estimativas da EDP fossem muito díspares relativamente ao real; o aumento com Deslocações, Estadas e Transportes prendeu-se com o

projeto JEF; o aumento de cerca de 19 mil Euros com a comunicação teve a ver essencialmente com a alteração do critério de imputação de custos, pois tinham sido pagos à SOS internacional dezassete mil e seiscentos Euros pela intranet, que era contabilizado em anos anteriores noutra rúbrica; os cinco mil e seiscentos Euros de aumento em Limpeza, Higiene e Conforto eram referentes a vários fatores incluindo a mal classificação de faturas de 2014 para 2015.

Relativamente às outras rúbricas, salientou o aumento com o Gastos com Pessoal apesar de estar inferior ao orçamentado. Também teria havido penalização com a perda de alguns juros de aplicações financeiras que estavam nalgumas instituições bancárias e que, por precaução, tinham sido movimentadas antecipadamente.

O Dr. Manuel Matias interrompeu para enquadrar que a rúbrica de Provisões do exercício tinha sido criada pela primeira em vez em 2015, para a afetação dos abonos de família, já anteriormente referidos pelo Eng. Filipe Carnall.

Finalmente, o Dr. Henrique Brito terminou com a Demonstração de Resultados, referindo que, em termos de proveitos, todos os movimentos são positivos exceto os Rendimentos Financeiros, e em Custos destacou o já anteriormente referido aumento com os Gastos de pessoal. Concluiu aludindo à redução de prejuízo que, apesar de ainda ser negativo, tinha baixado em quase 200 mil Euros face a 2014. Por sua vez, a Demonstração de Resultados do Centro Social Arco-Íris tinha tido um acréscimo de cerca de 5% nas receitas, e os Serviços Externos um aumento significativo devido ao problema das contagens de energia, anteriormente referido e potencialmente a uma classificação errada de documentos que poderão não estar associados ao Centro Social. O resultado continuou a ser negativo embora com uma redução de 2 mil Euros.

Os seguintes comentários e questões foram apresentados:

- A sócia Zita Guerra começou por dar os parabéns a toda a equipa pelos resultados obtidos apesar de ter sido um ano não favorável economicamente e de o clima interno não ter sido calmo. Destacou a taxa positiva de aproveitamento escolar, apesar de ver Gulpilhares com valores mais baixos, tendo sugerido que se identificasse as razões. Destacou também pela positiva o gasto de 20 mil Euros em Marketing pois conseguiu-se angariar mais de um milhão de Euros. Pela negativa apontou os resultados que, à semelhança dos anos anteriores, têm sido sistematicamente negativos e mostrou-se preocupada porque o dinheiro que se ia buscar ao banco todos os anos não seria infinito, e ainda não se estaria a fazer o suficiente para reduzir os custos. Mostrou preocupação com os custos de Pessoal que tem um peso significativo. Focou também com nota positiva os resultados do Centro Social. Considerou um valor muito baixo em formação dos recursos humanos e referiu que a avaliação de desempenho não poderia ficar esquecida. Relativamente aos custos de energia sugeriu a utilização de LEDs, que ao fim de 3 ou 4 anos começaria a rentabilizar. Mencionou o facto de que o CD anterior tentou dar maior habitabilidade às casas, pelo que desejaria saber se terá havido melhorias. Em face dos resultados negativos da Associação questiona-se porquê prolongar um programa como o PFF relativamente ao qual não há financiamento público. Para terminar mencionou que teria que ausentar-se mais cedo da reunião mas que se ficasse para votar as contas votaria contra em face da expectativa de resultados negativos continuados

- A sócia Martinha quis saber de onde vem o financiamento público para o PFF. Depois chamou a atenção para a falta de formação dos técnicos para acompanhar crianças com doenças mentais que cada vez mais chegam às aldeias. Referiu ainda que não deve ser nas crianças e jovens que os cortes nos custos deve

incidir, como está patente na redução na rubrica de “Despesas com Utentes” que era cerca de 203 mil Euros e passou para cerca de 194 mil. Finalmente, referente aos 12 mil Euros gastos em psicologia alertou que o apoio nesta área é cada vez mais necessário. Solicitou que houvesse mais investimento nesta área para melhorar os serviços, o que não equivalia a aumentar a despesa;

- O Presidente da Mesa da AG sugeriu fazer um protocolo com a faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Poderia haver um apoio financeiro à faculdade, e também um apoio de valorização dos professores e alunos pelo seu acompanhamento às crianças necessitadas;

- O representante da SOS-Kinderdorf International, Peter Völker partilhou o ponto de vista da sócia Zita Guerra relativo aos resultados negativos e referiu que o CD tem de se empenhar nos próximos anos para arranjar uma solução, alertando, no entanto, para o cuidado a ter com os cortes pois já tínhamos um orçamento reduzido comparado com outras associações. Mesmo nas formações não se poderia cortar nos custos. Teríamos de encontrar meios para mais receitas da assistência social e privados. Não seria apenas à questão de formação que se deveria olhar, mas também aos planos de desenvolvimentos dos recursos humanos não só a nível individual mas também dos diretores, das mães, assistentes sociais e todos os níveis. Referiu ainda o tema do clima cultural das SOS Portugal que poderia ser melhorado por uma boa comunicação interna. E completou referindo a renovação das Aldeias que seria um assunto a ter em atenção, pelo que se dirigiu a Manuel Matias afirmando que teríamos de procurar mais investimento, mesmo donativos em tempo, pois as pessoas gostam de ajudar, logo é preciso ter iniciativas mais atrativas;

- A sócia Adalcinda Martins também referiu que se deveria ter alguns cuidados nas avaliações. Como exemplo referiu a situação em que teríamos miúdos que vão chegando em estágios diferentes, e teríamos de ver como se adaptariam e que ajudas necessitariam, e que com tudo isso as avaliações poderiam ser muito subjetivas. Assim, primeiro era necessário dotar as Aldeias com alguns mecanismos para salvaguardar situações como a das substituições de pessoas nomeadamente para ir a formações;

- O Presidente da Mesa da AG deixou uma nota acerca do assunto da avaliação de desempenho e recomendou que se analisasse o trabalho que estava tinha sido feito anteriormente. Além disso haveria subidas de categorias decorrentes da contratação coletiva emanada pelas IPSS que associa a um determinado número de anos um bom desempenho, mas evidenciou que é uma matéria muito sensível. Teria de haver muita cooperação entre todos as partes envolvidas e os interessados deveriam estar representados num grupo de trabalho a ser criado. Teria de haver um diálogo muito grande entre quem avalia e quem é avaliado;

- O sócio Filipe Matias manifestou preocupação relativamente à proporção entre o número de recursos humanos e o número de crianças, parecendo ter havido uma redução destas e um aumento do pessoal;

- A sócia Maria Santa Montez pediu que fosse clarificada a necessidade de um diretor de Aldeia e de um assistente, e o aumento de pessoal com Marketing;

- A sócia Maria Alexandra Matias aludiu que ter quinze pessoas na sede parecia ser excessivo, pelo que pediu que se refletisse onde se poderiam cortar custos; a haver reduções seriam nos papéis administrativos e não nas partes pedagógicas.

Filipe Carnall respondeu:

- Estaria de acordo em haver necessidade de mais formação, mas o valor despendido em formação não seria mais alto porque que muitos dos treinos eram oferecidos, ou tinham um custo muito baixo;

- A avaliação de desempenho não foi posta em andamento pois era necessário ter fechado a definição de funções, e o passo seguinte seria criar uma comissão paritária;
- Acerca da energia foi feita uma avaliação por um voluntário, que concluiu que o maior consumo não era com iluminação mas sim com máquinas. Seria espetável após a renovação das casas em Gulpilhares uma redução dos custos, mas estaria por apurar porque é que não se conseguiu poupar. Em Bicesse também foram recuperadas duas casas e irão ser recuperadas mais duas, pelo que deveria originar uma redução de consumo de energia;
- Relativamente aos PFFs adiantou que o referido no Relatório indicaria ser um desafio obter o apoio público e privado, e infelizmente teria havido apoio público, mas muito reduzido: instalações e um técnico a meio tempo em Oeiras. Não tinha havido apoio da Segurança Social;
- Referiu que iriam ver a questão das consultas de psicologia, e a sócia Ana Borges acrescentou que já se tinha efetuado contacto com a Associação Portuguesa de Psicólogos, tendo-se posto a hipótese de pôr estagiários ao serviço da Associação, mas isso não era benéfico para as crianças, pois eram pessoas com muita pouca experiência, e não haveria um acompanhamento continuo com os mesmos terapeutas;
- Acerca do número de crianças, reconheceu haver redução nas Aldeias, mas acentuou o respetivo aumento nos PFFs, assim globalmente haveria um aumento de 16;
- O aumento de pessoal estava previsto, não estando ainda completo, como exemplificou ao referir-se à falta de alguém para substituir as mães que têm acumuladas até 60 dias de folgas. Na Aldeia de Gulpilhares a direção técnica dividiu-se, mas não aumentou o pessoal, pois é a psicóloga da Aldeia que acumula funções. Para o Marketing, a pessoa que entrou veio substituir uma pessoa que saiu (que vem da AMI) e que trabalha com os particulares;
- As 15 pessoas da sede não são necessariamente só administrativos e deu como o exemplo o da Dra. Teresa, responsável pelo pedagógico, que está afeta à sede.

Pelas 20h16, já só com 22 sócios votantes, foi aprovado o Relatório de Atividades, com 21 votos a favor e 1 abstenção. E o Relatório de Contas foi igualmente aprovado com 19 votos a favor e 3 abstenções.

Para o parecer do Conselho Fiscal (CF), o sócio Carlos Góis informou que o Relatório vinha em linha com o do ano anterior e que tinham acompanhado, ao longo do ano, as atividades da Associação. Aludiu ao relatório da Deloitte que expressava duas reservas compreensivas, mas no final o CF sugeria à AG que aprovasse as contas de 2015.

O Presidente da Mesa da AG leu depois uma declaração de voto de Luis Matias (anexo à ata) a justificar a sua abstenção. No final, o Dr. Henrique Brito informou que a previsão do défice para 2015 era de cerca de 668 mil Euros e não 800 mil conforme a declaração de Luís Matias aludia, pelo que o Presidente da Mesa da AG pediu que o CD informasse o sócio ausente do equívoco associado a esta verba do Orçamento.

Ainda antes de passar para o próximo ponto o sócio Pedro Ferreira inquiriu o Presidente da Mesa da AG no sentido de saber qual teria sido o parecer obtido relativamente ao que tinha sido discutido na AG anterior acerca da necessidade ou não de um orçamento retificativo. O Presidente da Mesa da AG respondeu que terá informado o CD de todas as diligências feitas, e recordou que a interpretação do sócio estava correta, quanto à diferença existente, em exigir-se um orçamento retificativo, mas o Instituto da

Segurança Social entendeu que o desnível não merecia da parte deles qualquer intervenção. O sócio Filipe Carnall completou a informação ao explicar que uma diferença de um resultado líquido de 15% pode ser fácil de atingir quando os valores são baixos, pelo que foi feita uma argumentação no sentido de mostrar que o que deveria ser visto era a variação nos custos e nos proveitos, tendo eles dado razão adiantando que iriam alterar a regra em conformidade.

3. Apresentação, apreciação e aprovação de alterações ao Regulamento Eleitoral

O Presidente da Mesa da AG deu a palavra ao sócio Filipe Carnall que começou por referir que as propostas de alteração dos Estatutos advém da nova lei. São alterações ligeiras, só ajustamentos. Uma vez posta à votação foi aprovado por 21 votos a favor e uma abstenção.

4. Apresentação, apreciação e aprovação do Regulamento da Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios

O sócio Miguel Caetano apresentou as linhas gerais do Regulamento (que é anexo à ata). Este foi um trabalho que resultou do grupo constituído pelos sócios Miguel Caetano, Pedro Ferreira, Jorge Souto, Reinaldo Ferreira, Zita Guerra, Manuel Matias, Benvinda Neves, Ana Borges e Filipe Carnall, sempre apoiados pelo apoio jurídico do sócio José Duro Mateus Cardoso.

Peter Völker referiu ter estado presente numa das reuniões de trabalho do grupo e constatado a seriedade do mesmo. Considerava a proposta resultante muito válida. Não quis entrar em pormenores sobre o documento proposto, mas com ideias genéricas, tal como faz em todas as Aldeias SOS (não só de Portugal) onde está presente. Levantou ainda a questão de, tendo a Associação 80 sócios, estarem presentes na AG apenas 11 e outros 13 representados. Questionou se seria só uma questão ocasional ou falta de interesse, pelo que reforçou o princípio de que tem de haver um interesse forte do indivíduo que tenha direito de voto. Deve haver um compromisso mais forte para quem direito de voto. Teríamos de ser cuidadosos em escolher as pessoas corretas, de modo a que pudéssemos contar com esse compromisso de quem se torna associado com direito de voto. Compreendia a necessidade de trazer novas gerações, mas não poderíamos comprometer a qualidade. Assim deveríamos fazer o esforço especial para termos os documentos próprios mas que, acima de tudo, devia ser feita uma boa seleção. O sócio Miguel Caetano referiu estar de acordo e acrescentou que os sócios da Associação têm uma idade média elevada e seria conveniente que pudessem ser cativados sócios mais novos. Aludiu ao artigo 4º do documento como indo ao encontro da preocupação referida acerca do processo de avaliação. Acrescentou que há na Associação vários voluntários que muito têm contribuído para colaborar e melhorar as Aldeias SOS e não são sócios efetivos, e que seria muito importante que essas pessoas que já vêm às Aldeias também pudessem estar presentes nas Assembleias.

O sócio Pedro Ferreira referiu que não acompanhou a fase final dos trabalhos e referiu que a escolha da distribuição dos elementos da comissão podia ser melhorada, e que pelo menos a seleção do presidente da comissão fosse feito em AG. O sócio José Duro Mateus Cardoso referiu que é sempre a AG que elege os membros e, como tal, por inerência o próprio Presidente da comissão. O sócio Miguel Caetano acrescentou que a indicação dos nomes seria proposta pelo CD e pelas outras listas concorrentes ao último ato eleitoral, mas competiria sempre à AG aprovar. Foi finalmente esclarecido que quem tem poderes para apresentar um presidente é a lista vencedora e, caso a AG não o aceite, será ela própria a

propor outro. A votação é secreta e feita em dois tempos uma para o presidente e outra para os restantes membros.

Às 20h55, já só com 20 votos em sala, foi votado o regulamento e foi aprovado com 19 votos a favor e 1 contra.

5. Apresentação e eleição dos membros da Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios

Feita a eleição e contados os votos para a Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios, já depois das 21h, foram escolhidos para presidente da comissão o sócio nº 94 (Miguel Caetano) com 15 votos a favor e para os restantes membros efetivos os sócios nº 356 (Rui Lélis), nº 3847 (Pedro Ferreira), nº 5286 (Maria Zita Guerra) e nº46 (Maria do Carmo Ferreira), com 15, 15, 17 e 18 votos a favor respetivamente. Como membros suplentes foram votados os sócios nº 4337 (Marc Defretin) e nº 7681 (Jorge Souto), com 16 e 12 votos a favor respetivamente.

6. Outros assuntos de interesse geral

O sócio Filipe Carnall informou que:

- A secretária geral, a Dra. Célia, saiu da Associação, pelo que estaria a decorrer uma seleção para escolher o próximo secretário geral;
- Para as obras da sede (associadas às fissuras) foram consultadas 3 empresas e a escolhida deu um orçamento de 51 mil euros para a empreitada que começara na semana anterior e vai durar 90 dias. A Fundação Bechgaard iria oferecer 100 mil Euros para as obras e o que fosse necessário;
- Há uma nova colaboradora, Joana Brandão, para trabalhar a área de particulares no departamento de Marketing, que tinha a campanha de IRS e que também estaria a repensar a revista;
- Estaria a decorrer uma campanha publicitária para o recrutamento de mães, estando na Guarda a ser feita uma ação mais personalizada;
- Rio Maior estaria sem crianças, pelo que se estaria a tentar arrendar, mas entretanto tinha havido uma hipótese de receber refugiados;
- Tem havido um esforço no sentido de vários membros colaboradores da sede participarem nas reuniões do internacional;
- No Meco não havia nada especial a referenciar, estando previstas pequenas obras de manutenção para o verão.

Antes de terminar a AG, Peter Völker agradeceu o convite de participação e referiu que houve no presente dia uma troca de opiniões muito interessante que iriam prosseguir no dia seguinte na Sede. Gostou de ver o ambiente muito construtivo e ficou muito contente com a participação que, embora de poucos, terá sido muito positiva.

A sua maior expectativa é que em Portugal haja uma aposta na qualidade relativamente a qualquer iniciativa levada a cabo. E sendo uma organização de serviços, fazendo serviços para as crianças teríamos de apostar nos recursos humanos.

Como última intervenção, o Presidente da Mesa da AG propôs mais 2 votos: uma relativo à preocupação da evolução negativa na segurança mundial e outro de condolências e solidariedade para os 12 portugueses e conterrâneos que morreram na estrada em França.

Sem outros assuntos a discutir, o Presidente da mesa da AG deu por terminada a AG às 21h42.